

# França inaugura uma nova etapa política na Europa

Oswaldo Coggiola

Professor do Departamento de História da  
Universidade de São Paulo (USP).

### **França inaugura uma nova etapa política na Europa**

O levantamento da juventude francesa contra o Contrato do Primeiro Emprego (CPE) transformou-se rapidamente em mobilização e luta política geral contra o governo e o regime político francês. A classe operária passou a ter um importante papel na luta. Dois fatores explicam esse desenvolvimento: 1) a vigência da luta dos jovens desempregados das *banlieues* francesas, em outubro-novembro de 2005, que comoveu Europa e o mundo, e 2) a crise política geral dos regimes na União Européia, que tende a colocar a questão do poder no centro das lutas sociais.

### **France begins a new political stage in Europe**

The upheaval of the French youth against the Contrat de Première Embauche (CPE) became, quickly, a general struggle against the government and the French political regime. The working class had an important role in this struggle. Two main factors explain this development: 1) The influence of the young unemployed recent struggle of the neighborhoods, in October and November 2005, able to move Europe and the whole world; 2) The general European Union regimes political crises, pulling the question of political power in the very center of the social struggle.

O recuo, a 10 de abril, do regime político francês, na imposição do projeto do Contrato do Primeiro Emprego (CPE) liquidou literalmente o governo direitista de Chirac–de Villepin. O primeiro-ministro Dominique de Villepin, ainda na semana precedente, tinha prometido defender o CPE “até ao fim”.<sup>1</sup> “O presidente da República decidiu substituir o Artigo 8 da Lei da Igualdade de Oportunidades por uma série de medidas destinadas a apoiar a inserção no trabalho dos jovens em dificuldades”, afirmou depois laconicamente o comunicado da presidência da República. Depois de mais de dois meses de manifestações de massas, impressionantes até para um país “especialista” na matéria, a luta de estudantes e trabalhadores criou uma situação de caráter pré-revolucionário em um dos pilares da União Européia.

Os sindicatos e associações de estudantes cantaram vitória no confronto com o governo, mas tanto uns como os outros manifestaram “prudência” quanto ao futuro, afirmando ser necessário esperar para ver em que se traduziriam, “concretamente”, as novas medidas anunciadas por Chirac. Bruno Julliard, líder da Union Nationale des Étudiants de France (UNEF), sindicato de estudantes, prometeu “manter a pressão” sobre o governo. Maryse Dumas, dirigente do principal sindicato francês, a Confédération Générale du Travail (CGT), considerou a retirada do CPE como “um êxito da ação convergente dos trabalhadores, dos estudantes e da unidade sindical”, enquanto François Chérèque, da Confédération Française Démocrate

---

<sup>1</sup> “O presidente confiou-me uma missão e a levarei até o fim”, disse de Villepin a 6 de abril; a 8 de abril definiu qualquer modificação do projeto como “inaceitável”.

cratique du Travail (CFDT), afirmou que foi “atingido o objetivo”, embora tenha recusado comentar as medidas de inserção propostas pelo governo. Nenhum deles entrou nos desdobramentos políticos da nova situação, nem reivindicou o que as manifestações de massa já faziam: a queda do governo Chirac–de Villepin.

O primeiro-ministro recusou falar sobre a possibilidade da sua demissão, mas os comentadores políticos franceses consideram que de Villepin já está politicamente morto, sem qualquer esperança de vir a ser escolhido para ser o candidato da direita à sucessão de Jacques Chirac. “O candidato presidencial Villepin está praticamente morto e o primeiro-ministro Villepin enfrenta grandes dificuldades”, afirmou a revista conservadora *L'Express*. A base governista (a União para um Movimento Popular – UMP), apelidou o CPE de “Como Perder uma Eleição”, na perspectiva das eleições gerais de 2007.

O principal ponto de contestação do CPE era a possibilidade de os menores de 26 anos serem despedidos sem qualquer justificação durante os primeiros dois anos de contrato de trabalho. O CPE era o primeiro passo para a mudança (eliminação) do Código de Trabalho, o início do fim da estabilidade no emprego.

Na França existem vários tipos de contrato de trabalho. O Contrato de Duração Indeterminada (CDI), que se aplica à iniciativa privada, com estabilidade adquirida após dois meses. É por meio de um CDI que se conseguem certos benefícios, como um empréstimo para a casa própria, ou para alugar um apartamento. Há um outro contrato chamado de Contrato de Duração Determinada (CDD), que pode variar de um mês renovável para quatro ou seis meses. Pode-se evoluir dentro de um emprego de um CDD para um CDI. Em geral, promete-se ao empregado, no momento de sua admissão, que um dia terá um CDI. Há também o trabalho como diarista. Ganha-se por hora e dias trabalhados, o recrutamento é feito por agências de emprego que oferecem seus selecionados ao empregador. Nessa modalidade, pode-se ganhar cerca de 30% a mais que o CDD ou CDI por hora trabalhada, mas não se tem assegurado trabalho todos os dias

de um mês. Para os jovens escolarizados, há ainda o estágio, no qual se ganha cerca de 300 euros por mês sem estabilidade nenhuma (Cf. CARVALHO, 2006).

O Contrato Primeiro Emprego (CPE) era um balão de ensaio do fim da estabilidade em geral dos empregos. Além disso, o CPE era apenas um elemento da lei de “igualdade de chances”. Essa lei fixa a idade para os aprendizes começarem trabalhar em 14 anos e torna possível para os maiores de 15 anos fazerem trabalho noturno. O contrato “sênior” permite, para trabalhadores com mais de 57 anos, trabalhos temporários de 18 meses, que podem ser renovados algumas vezes, e com um salário próximo da linha de pobreza (SMIC). Não existiria necessidade de oferecer trabalhos decentes para “os velhos”: patrões podem demitir trabalhadores com um contrato normal e contratar outros trabalhadores, com experiência, com um contrato inseguro e com pagamento baixo. A insegurança permanente estava instalada.<sup>2</sup>

Na França, com ensino obrigatório até os 15 anos, uma parcela significativa dos estudantes dirige-se para cursos profissionalizantes a partir dos 16 anos. Até os 18 trabalham como aprendizes e conseguem um diploma técnico. Os jovens são superexplorados durante seus anos de aprendizado. Com o CPE, os estudantes, a partir de 16 anos, poderiam passar da condição de aprendizes a estagiários, a contratados por tempo determinado (CDD) etc., e depois *CPEistas*, totalizando dez anos de suas vidas como assalariados, sem conhecerem a condição de CDI.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Ao longo dos últimos vinte anos os governos de “esquerda” e de direita multiplicaram os contratos de trabalho inseguros, desde o “Trabalho de Uso Coletivo” do governo “socialista” de Laurent Fabius em 1984 (contratos de trabalho parcial de um ano e com baixo pagamento) até os “trabalhos da juventude” de Jospin (contratos de, no máximo, cinco anos, mas renováveis a cada ano). Diversos tipos de inseguros contratos foram adicionados por todos os governos. Sem esquecer que a “esquerda plural” de Lionel Jospin privatizou mais do que os dois governos de direita (Balladur e Juppé) precedentes.

<sup>3</sup> Numa interpretação que resgata a tradição revolucionária francesa, afirmou-se que “na tradição de lutas e de politização da sociedade francesa, no desejo do povo francês de não ser dominado pelos seus barões e príncipes, é que pode ser encontrada a chave da

De Villepin conseguiu jogar combustível nas brasas que ainda não tinham sido apagadas da mobilização das *banlieues* de outubro e novembro de 2005, demonstrando que aquela não foi uma mobilização de “marginalizados” ou “desesperados”, mas o início, no setor mais explorado da sociedade, da luta geral da juventude e dos trabalhadores. A revolta da juventude dos bairros e guetos sacudiu a França e comoveu a Europa e o mundo. Seus protagonistas eram uma nova geração sem nenhum porvir social sob as condições reais do capitalismo. O levante generalizado dos adolescentes franceses se produziu no mesmo momento em que a maioria dos estados da Europa, assim como os Estados Unidos, enfrenta uma crise de regime político, estando encabeçados pelos governos mais fracos das últimas duas décadas. A sublevação juvenil se desenvolve nas condições de uma crise de conjunto, social e política, dos principais Estados imperialistas.

Esse estágio precede uma crise maior em que estaria posta a questão do poder político. A esquerda européia, porém, está empenhada, em diversos países, em formar governos de centro-esquerda que salvem o Estado da crise. A revolta na França abriu uma nova perspectiva na crise mundial do capital, ao instalar a mobilização de massas no centro do próprio imperialismo capitalista.

---

crise de legitimidade criada pelo CPE de Villepin. O que repetem os jovens em uníssono? Não admitem serem despedidos sem justificativa. O CPE dá um poder ao seu empregador que lhes parece abusivo, que lhes fere a suscetibilidade política, que lhes ofende em sua condição assalariados. Não é a perspectiva futura de uma popularização do CPE, e fim do CDI que mobilizou mais de um milhão de pessoas no sábado 18 de março. A precariedade do CDD, do estágio, do diarista, já existia e não mobilizava os jovens. E não mobilizava porquê? Entre outras razões mais gerais, esses contratos são claros desde sua implantação. Sabe-se, desde a admissão no emprego, que seu tempo é curto, precário mas determinado, conhecido pelo assalariado previamente. O CPE oferece até mais garantias que essas modalidades de emprego. Oferece até mais ganhos econômicos. O que ofende o futuro *CPeista* é saber que sem justificativa, sem conhecimento desde sua admissão, o empregador pode lhe demitir. A demissão é diferente de um fim de contrato, seja diário, semestral ou de simples estágio. A demissão é sentida pelo movimento que a rejeita massivamente nas ruas da França como humilhação, como poder ilegítimo de um agente econômico mais forte” (CARVALHO, 2006).

O levantamento de outubro-novembro foi o sintoma anunciador de uma crise sem precedentes. Escrevendo na principal revista da “comunidade de negócios”, *Le Point*, seu editor não poupou adjetivos: “Depois da trombose social, do *crack* cívico de 2002, da *jacquerie* eleitoral de maio [o *não* francês à Constituição da União Européia], as revoltas urbanas do outono de 2005 são uma nova ilustração da crise nacional da França e da decomposição do corpo social”.

Com o CPE, de Villepin “uniu” secundaristas, universitários e trabalhadores, que estavam sofrendo uma série de medidas impopulares, com fracassos nas greves e nas mobilizações contra a privatização das empresas estatais de água, energia elétrica e gás, contra as expulsões dos locatários inadimplentes, e em suas campanhas salariais. O governo Chirac–Villepin–Sarkozy tinha se desgastado na crise de novembro de 2005, mas os jovens desempregados não tinham um programa político. Agora, *todos* os jovens foram afetados: eles não estão nada satisfeitos com o salário mínimo francês, de cerca de mil euros, que não responde ao drástico aumento do custo de vida após a implantação do euro em 2002 (os aluguéis, por exemplo, chegaram a subir 150% em três anos, em algumas cidades, 60% só nos primeiros meses).

Foi todo o regime político que jogou sua sorte no projeto do CPE. Apesar dos protestos de massa, o governo, inicialmente, não voltou atrás. O Conselho Constitucional declarou a legalidade do dispositivo e o presidente Jacques Chirac o sancionou. Um recuo diminuiria as chances de qualquer dos candidatos da UMP às eleições, fosse de Villepin, fosse seu rival de partido e governo, Nicolas Sarkozy, ministro do Interior.

A mobilização foi num crescendo constante, desde que o CPE fora anunciado, em janeiro de 2006. Em 7 de fevereiro, no primeiro dia de protestos, a manifestação atraiu cerca de 220 mil manifestantes em todo o país. Só em Paris, reuniram-se pelo menos 30 mil pessoas e registraram-se incidentes quando jovens lançaram projéteis contra as forças da ordem, que revidaram com gás lacrimogêneo. Em

Marselha, o protesto juntou entre sete e 15 mil pessoas, incluindo professores, e em Bordeaux, 25 mil, segundo os organizadores. Os jovens agitavam cartazes em que se lia nomeadamente: “Contrato Predestinado ao Fracasso” e “Contrato para Escravos”.

Em inúmeras outras cidades, estudantes universitários e do ensino secundário, professores e sindicalistas aderiram ao protesto. Toulouse, Grenoble, Limoges, Le Havre, Rennes, Ajaccio, Pau, Dax, Pamiers, Perpignan foram apenas algumas delas. Os manifestantes paralisaram o trânsito nas zonas em que se concentraram. Alguns protestos terminaram em confrontos com a polícia.

Dezenas de liceus sofreram perturbações no funcionamento e cerca de 70% das universidades do país estavam bloqueadas. Inúmeros institutos fecharam as portas. Na Universidade de Sorbonne, houve ocupação estudantil dos prédios. Nos dias sucessivos, as manifestações continuaram, centradas em Paris. A central sindical Sud-PTT anunciou que um dos seus associados se encontrava em estado de coma, depois de ter sido violentamente agredido pela polícia nos confrontos que tiveram lugar na *Place de la Nation*, no centro de Paris. Na luta participavam estudantes, reunidos em massivas Assembleias Gerais nas escolas secundárias e nas faculdades, e também os sindicatos da educação, do funcionalismo público e a principal confederação francesa de associações de pais (ROLLOT, 2006).

A organização da mobilização foi muito rápida. A Coordenação Nacional de Estudantes de Dijon teve cerca de 400 delegados que vieram de toda a França representando centenas de milhares de universitários. Para a maioria deles era seu primeiro movimento de luta. Uma grande parte dos delegados era independente. Os representantes da ala majoritária da UNEF (militantes do Parti Socialiste – PS – e do Parti Communiste Français – PCF), em que pese ser o sindicato estudantil mais importante da França, representavam uma minoria entre os delegados. Por outro lado, a minoria desse sindicato, a corrente *Tous Ensemble* integrada por *Lutte Ouvriere* e a *Ligue Communiste Revolutionnaire* era bastante numerosa.



Uma das opções de Villepin era manter-se intransigente, na espera que os protestos acabassem por esmorecer. As divisões no campo estudantil e sindical poderiam ajudar; o risco (que se realizou) era a situação nas ruas tornar-se insustentável. A segunda opção passava pela alteração do CPE. Villepin já dissera estar disposto a negociar e admitia rever a lei após seis meses de aplicação. Uma das possíveis alterações, finalmente oferecida por Chirac, era reduzir a duração do CPE de dois para um ano. A “oposição de esquerda” (PS e PCF) ofereceu de fato uma via de saída para a crise do governo, quando contestou o CPE junto do Tribunal Constitucional, afirmando que a lei era discriminatória e contrária à Constituição francesa. Se o Tribunal lhe desse razão, e derrubasse a lei, de Villepin teria a sua disposição uma saída rápida e segura da crise, sem perder a face. Voltaria tudo à estaca zero.<sup>4</sup>

Um novo pico de luta foi atingido em 7 de março. As manifestações se multiplicaram: a polícia anunciou ter detido 420 pessoas nos confrontos, que deixaram também pelo menos sessenta pessoas feridas, sendo 27 policiais. O número de prisões foi o mais elevado desde o início das manifestações contra o CPE. Somente na capital 140 pessoas foram detidas. Manifestantes atearam fogo em carros, saquearam lojas, destruíram restaurantes e atiraram pedras contra policiais. Os estudantes universitários e secundaristas deixaram a *Place D’Italie* em direção aos Invalides, uma ampla esplanada. Mas antes da marcha chegar ao local, os choques já haviam se multiplicado. Também em numerosas cidades do interior francês, Rennes, Marselha e Lyon, as manifestações tornaram-se violentas devido à intervenção da polícia.

---

<sup>4</sup> A *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR) não tomou qualquer iniciativa diferenciada. A proposta da LCR, após a repressão policial aos estudantes na Sorbonne, foi a de chamar todas as forças de esquerda (inclusive o PS) a “organizar uma grande reunião juntando todas as forças de esquerda, representadas no nível mais elevado para dar suporte e solidariedade à juventude mobilizada; realizar uma reunião, assim que possível, para organizar uma resposta unificada para fazer o governo recuar e obter a retirada do CPE” (BESANCENOT, 2006).

Os protestos massivos em 7 de março foram decisivos. A repressão violenta à ocupação da Sorbonne mostrou que o governo temia a possibilidade das greves expandirem-se ainda mais. Em Savigny sur Orge, na região parisiense, e Saint Denis, subúrbio às portas de Paris, as manifestações também terminaram em combates. A extensão da luta para os subúrbios levou o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, a chamar a atenção para “o perigo que essa efervescência estudantil representa”, pois ela “poderia relançar a agitação nos subúrbios, onde o clima permanece fortemente tenso”. O fantasma da rebelião de outubro-novembro reaparecia, agora acrescido da perspectiva da unificação da juventude estudantil com os jovens desempregados, filhos de imigrantes, das *banlieues*.

A coordenação nacional dos estudantes apresentou uma declaração, adotada em Poitiers em 11 de março:

O próximo dia decisivo será 16 de março: nós chamamos os trabalhadores e suas organizações a manifestarem-se e a usarem sua arma mais efetiva, a greve. Também é necessário começar agora para dar continuidade aos dias de ação em 16 e 18 colocando uma bandeira ainda maior: nós pedimos aos sindicatos para chamar uma greve geral em 23 de março e uma manifestação nacional em Paris.

O departamento regional do sindicato de Bouches du Rhône (unificando CGT, FO, SUD, etc.) também adaptou um texto conjunto que afirmava: “A próxima fase de mobilização deve ser situada na perspectiva de um apelo unido por uma greve geral, a qual nos permitirá aumentar a ação conjunta com a juventude”. Mas os líderes sindicais (notadamente a CFDT e a CGT) recusaram-se a chamar claramente por uma greve.

No sábado 18 de março, as ações dos estudantes e trabalhadores se massificaram e radicalizaram, delimitando um claro confronto político. As gigantescas manifestações causaram, só em Paris, ferimentos

em pelo menos sete polícias e em cerca de vinte manifestantes, com a detenção de mais de 160 pessoas. A *Place de la Nation*, local onde terminou a marcha de cerca de 400 mil manifestantes, foi um dos palcos dos encontros que, além dos feridos, deixaram atrás de si carros queimados e comércios saqueados.

Depois dos violentos confrontos durante o assalto policial à Sorbonne, ocupada por piquetes estudantis, a universidade parisiense foi também, na noite de sábado 18, um dos palcos da luta. Canhões de água, gás lacrimogêneo e cargas policiais foram os instrumentos utilizados contra centenas de pessoas que marcharam sobre a barreira de segurança da polícia. “Libertem a Sorbonne!”, gritavam alguns manifestantes. “Polícia em todo o lado e justiça em lado nenhum”, repetiam outros. Muitos dos jovens imigrantes e desempregados envolvidos nos protestos de novembro, nos arredores de Paris, se misturaram nas manifestações estudantis para ajustar suas contas com a polícia.

Os sindicatos e líderes estudantis emitiram um ultimato dando ao governo até a noite de 20 de março para recuar na aplicação da lei. “Damos esse tempo ao governo para ver se entende a mensagem”, afirmou Rene Jouan, do sindicato CFTD. A direita burguesa insistia com o discurso de que “o único erro de de Villepin será o de ceder à pressão, porque ao fazê-lo juntar-se-á aos coveiros que têm enterrado a competitividade da França”.

O discurso da “competitividade” é só um álibi ideológico para impor um retrocesso histórico das condições de vida do conjunto da classe operária francesa (que demorou muito pouco para compreender que disso se tratava com a imposição do CPE, por isso se mobilizou junto aos estudantes, obrigando a uma tomada de posição dos seus sindicatos, no início imobilizados). Em 2005, as quarenta principais empresas do país tiveram um lucro *líquido* de 84 bilhões de euros (mais de 100 bilhões de dólares), um novo recorde histórico, 50% superior aos lucros de 2004. A ausência de emprego poderia ser, mas não é, um retrato de uma economia parada no tempo. Os lucros dos quarenta maiores grupos franceses foram os que mais cresceram

em 2005 e as empresas francesas se colocaram em terceiro lugar no ranking de participação em fusões e aquisições no ano passado, segundo informou a revista *The Economist* (FRANÇA VIVE, 2006).

Os ganhos de produtividade de 2001 e 2002, depois da reestruturação produtiva, foram apontados como responsáveis pelo resultado (BRAFMAN & FRÉDÉRIC, 2006). Enquanto isso, o número de pessoas vivendo num nível mínimo de subsistência aumentou 4,7% de 2004 para 2005.

Mas o apelo à “competitividade” desmascarava o pretexto oficial do CPE: o presidente Chirac e o primeiro-ministro de Villepin alegavam que o contrato era uma forma de reduzir o desemprego, isto porque a França é um dos países com a taxa mais alta de desemprego entre jovens em toda a Europa. Mais de 20% dos jovens na faixa etária entre 18 e 25 anos estão desempregados, o dobro da média nacional de desemprego, que é de 9,6%. Nas periferias das grandes cidades, o índice do desemprego entre jovens atinge 40%. E houve o fim virtual dos empregos permanentes. Dois terços dos franceses entre 15 e 24 anos que estão empregados foram admitidos temporariamente.

O flagelo do desemprego vem sendo utilizado há mais de uma década, na Europa, para ataques cada vez mais profundos contra as condições de vida dos trabalhadores, e para aumentar os lucros do capital, tanto pela direita quanto pela esquerda. Na França foi adotada a semana de 35 horas, cantada em verso e prosa pela esquerda reformista mundial. O propósito declarado da lei, aprovada em 1997, era o de gerar mais empregos. A lei concedeu aos empregados e empregadores um período de dois anos para adaptação, mas, desde a sua aprovação, o governo concedeu incentivos para as empresas aderirem à nova jornada, mediante redução de encargos sociais (ou, mais claramente, aumento dos lucros patronais).

As empresas renegociaram com os sindicatos inúmeras mudanças no contrato de trabalho, encurtando intervalos de descanso, modificando turnos, intensificando o tempo parcial, trabalhando aos

sábados e várias outras medidas que buscaram elevar a produtividade do trabalho de modo a “compensar o aumento de custo da hora trabalhada”. Apesar de todos os incentivos e re-arranjos do sistema de produção, a lei não gerou os empregos pretendidos. Em um primeiro estágio (1997-2001), o desemprego baixou de 12% para 8,7% mas isso foi devido a um intenso surto de crescimento econômico. A partir de 2002, o crescimento arrefeceu, a jornada continuou reduzida e o desemprego subiu, tendo chegado a 10% em janeiro de 2005 (PASTORE, 2005).

Nas primeiras manifestações contra o CPE só se via jovens entre 18 e 25 anos pelas ruas de Paris e as principais cidades francesas, aos quais o contrato era destinado. Mas depois foi o país inteiro que protestou contra as medidas do governo. As organizações estudantis se uniram e uma grande passeata foi anunciada para quinta-feira, 23 de março, em Paris.

Seguiram-se manifestações em todas as cidades, até 28 de março, quando milhares e milhares saíram às ruas para dizer não à lei de Villepin. Foi uma mobilização sem precedentes, uma verdadeira manifestação de força. Três milhões de manifestantes no total, 700 mil só em Paris, segundo os sindicatos. Eram, sem dúvida, incomparavelmente mais do que nas manifestações anteriores.<sup>5</sup>

A greve afetou principalmente o setor de transportes – aéreo, ferroviário e metrô – além das escolas, onde quase a metade dos docentes não foi trabalhar. Os jornais também deixaram de ser distribuídos. Ao fim do dia, na Praça da República, registraram-se confrontos com a polícia, que usou gás lacrimogêneo e canhões de água para conter os manifestantes. Em toda a França houve manifestações: 31 mil em Bordeaux, 28 mil em Marselha, 26 mil em Grenoble, 17 mil em Lyon. No início da tarde, encapuzados agrediram e assaltaram os manifestantes.

---

<sup>5</sup> Nas manifestações por toda a França, o Ministério do Interior disse terem saído à rua 1.028.000 pessoas contra o CPE, das quais 84 mil em Paris. Para os sindicatos, foram 3,1 milhões os franceses a manifestar-se, 700 mil dos quais em Paris.

O país funcionou a menos de meio gás, sem jornais, com perturbações nos transportes urbanos e no tráfego aéreo. Até a Torre Eiffel fechou as portas. Só em Paris foram destacados 4 mil policiais. O volume da manifestação teve um aspecto de espontaneidade, de reação irada. Logo pela manhã, o primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, deu início às hostilidades e repetiu que estava disposto a fazer alterações no CPE,<sup>6</sup> mas garantiu que o governo não recuaria. Villepin recebeu o apoio das principais associações empresariais francesas, e ainda um voto de confiança do presidente Jacques Chirac, que apelou ao “espírito de responsabilidade” das associações sindicais e estudantis. O governo comprometia toda sua responsabilidade na prova de força. Em resposta, os manifestantes começaram a concentrar-se por toda a França. À tarde eram centenas de milhares, um mar de gente: “Somos mais de três milhões nas ruas”, repetiam. Os manifestantes marcharam pelas ruas de 250 cidades com cartazes contra o CPE, o premier e o ministro do Interior.

A manifestação de Paris levou três horas até chegar à Praça da República. Os estudantes saíram na frente, seguidos pelos sindicatos. O ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, passou a defender que a aplicação da lei “deveria ser adiada”, e propôs suspender a entrada em vigor da lei do CPE durante as negociações com os aliados, em busca de um acordo. Dois em cada três franceses defendiam que a lei devia ser retirada. De Villepin só tinha o apoio do presidente Jacques Chirac e dependia do parecer do Tribunal Constitucional sobre a validade do CPE. A crise política já era total.

Estava-se diante de uma “crise de regime”, como chegou a caracterizar a esquerda mais “ousada”:

---

<sup>6</sup> Villepin pediu aos estudantes para “darem uma oportunidade ao CPE”, admitindo rever a lei dentro de seis meses para avaliar o seu impacto. Entre as melhorias que estava disposto a introduzir, realçou a atribuição de um “patrono” a todos os jovens que assinarem o CPE, e o pagamento de um complemento de formação quando o contrato fosse quebrado.

A caracterização chega tarde: a crise do regime provocou a rebelião popular. Não é por acaso que os partidos que estão a reboque da situação não proponham a queda do governo enquanto as massas se encontram na rua. Acossa-os, por outro lado, o pesadelo de que a mobilização em curso, relativamente enquadrada pela burocracia dos sindicatos e pelos sindicatos de estudantes, coincida com uma nova “revolta dos bairros” (ALTAMIRA, 2006).

Os estudantes tinham plena consciência não só do caráter político da mobilização, mas de que estava posta em jogo a própria sobrevivência do governo. Os estudantes recusaram o convite do primeiro-ministro para um encontro, com vistas a chegar a um consenso sobre o CPE. O recuo do governo começou e o presidente propôs duas mudanças no texto: diminuir de dois para um ano o prazo de experiência em que os menores de 26 anos podem ser demitidos e a inclusão de uma motivação para a demissão.

O recuo só piorou a situação do governo Chirac–de Villepin. Segundo um colunista, “o movimento todo é para recusar a totalidade da lei. Deste ponto de vista, não vai haver refresco nenhum”. Os estudantes bloquearam várias estradas e linhas férreas, causando 345 quilômetros de congestionamentos pelo país. Logo após o pronunciamento do presidente houve protestos na Praça da Bastilha. “A tensão social está muito grande. É provavelmente o movimento social mais denso desde 1995, que derrubou o então primeiro-ministro, Alain Juppé, ou até mesmo do que 1968”, afirmou o mesmo colunista.

Depois da jornada de 28 de março, a luta endureceu. Os estudantes bloquearam as estações ferroviárias e até as auto-estradas. Cerca de 1.500 jovens ocuparam a estação de Lyon, em Paris, durante uma parte do dia. Na mesma altura, começava um engarrafamento enorme na auto-estrada circular ao redor de Paris, o “periférico”. Centenas de adolescentes tinham saído dos liceus para bloquear a artéria fulcral da capital francesa. A polícia acabou por prender os alunos no periférico e os estudantes na Gare de Lyon. Ações idênticas

decorreram em cidades de província de norte a sul, de Lille a Marselha, passando por Toulouse, Grenoble, Metz, Dijon e Rennes. O endurecimento estudantil foi ainda mais nítido, e também mais tenso, nos liceus. Na véspera, o ministro da Educação dera ordem aos reitores para abrirem os estabelecimentos à força e, se fosse necessário, com a intervenção da polícia. A mobilização dos alunos, depois de conhecida a ordem, levou os reitores a desobedecerem, para evitar incidentes.

Em 5 de abril, os sindicatos, em descompasso com a intensidade da mobilização estudantil, “endureceram posições”, e deram ao presidente Jacques Chirac 15 dias para abolir o CPE, o que acabou acontecendo em menos da metade desse prazo. A esquerda mostrou que seu papel fundamental era o de “desmontar a bomba” criada pela mobilização juvenil: pediu “uma rápida intervenção” do presidente Jacques Chirac,<sup>7</sup> enquanto o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, admitiu que “o governo deve se mexer agora”, em outro gesto de distanciamento de Villepin, que ficou mais fragilizado depois que os cinco sindicatos (centrais sindicais) rejeitaram seu pedido de se reunir para debater o tema.

Na contramão “da rua” esteve a esquerda, incluída a “extrema esquerda”. Dez partidos da oposição de esquerda franceses pediram, num manifesto conjunto, ao presidente Chirac para não promulgar o CPE: “As organizações e partidos políticos de esquerda *pedem solenemente* a Jacques Chirac que retire o CPE [da lei sobre a igualdade de oportunidades] para iniciar negociações com os sindicatos e apresentar imediatamente [um novo texto] ao Parlamento”, referia o manifesto elaborado numa reunião na Assembléia Nacional

---

<sup>7</sup> O presidente da CGT, advertiu sobre o pedido para acordar mudanças sobre o CPE que “o governo deve entender que não pode deixar o país sem uma resposta”: “Não se pode imaginar um movimento tão forte e um primeiro-ministro que não muda nada”. O dirigente sindical pediu ao presidente Chirac que “intervenha rapidamente porque o premier está bloqueado”. Também o presidente da coalizão socialista na Assembléia Nacional, Jean Marc Ayrault, pediu ao primeiro-ministro que “esqueça seu orgulho” e “faça a paz com os franceses”. E pediu novamente a de Villepin que retirasse o CPE. A esquerda político-sindical assumiu claramente um papel de bombeiro, diante do caráter massivo da mobilização.



[grifo nosso]. “Conhecendo as condições excepcionais da sua eleição em 2002”, Chirac assumiria “uma grande responsabilidade ao promulgar a lei”. “Seria um golpe de força inaceitável”, sublinharam os dez partidos no manifesto. Chirac renovou seu segundo mandato presidencial graças à frente comum com a esquerda, que lhe deu seus votos em 2002, com os resultados que agora se evidenciaram: mais do que um manifesto, o texto da “esquerda” era uma confissão.

Contrariamente, a Coordenação Nacional de Estudantes, organismo independente dos grêmios estudantis, e que reúne representantes de alunos de universidades e liceus franceses, reivindicou a renúncia do governo. “O Governo deverá sair assim que retirar seu projeto”, propôs a CNE em comunicado lido à imprensa ao término de dois dias de reuniões em Aix-en-Provence. O organismo, com representantes em cerca de sessenta universidades e cem liceus, justificou seu pedido de renúncia pela “arrogância” do governo, ao ter utilizado um procedimento de urgência para adotar o CPE no Parlamento. Além disso, a Coordenação criticou o Governo por ter feito uma aposta pela “violência policial”.

Cerca de 300 representantes estudantis compareceram a esse encontro da Coordenação, que tinha reivindicado a integração do organismo ao grupo de sindicatos de trabalhadores e estudantes que convocara a jornada de greve e as manifestações.

O recuo final do governo, inevitável, apenas tornou oficial a sua liquidação política,<sup>8</sup> e a completa crise do regime político francês da v República, criado por de Gaulle através de um golpe de Estado, em 1958. A sua sobrevivência tem por base que, embora consciente da miséria social, não há evidência de que na França a vanguarda dos trabalhadores, ou a esquerda, tenha consciência dessa verdadeira cri-

---

<sup>8</sup> O veredicto dos franceses sobre a política econômica do governo de Dominique de Villepin é demolidor: 72% qualificam-na de “bastante” ou “muito” má, o que, segundo a mesma sondagem, corresponde a um aumento de cinco pontos num mês. Villepin bateu assim o recorde de impopularidade estabelecido pelo seu antecessor, Jean-Pierre Raffarin, em abril de 2005.

se de poder. Não existe, a nível da análise, tampouco da propaganda, ou da agitação, o menor esboço de palavra-de-ordem que proponha o governo dos trabalhadores:

A chamada “extrema esquerda” teme muito mais pecar por radicalismo do que por de conservadorismo; os fracassos do passado a acovardaram. Para ela, o que acontece na França não tem nenhum ponto de contato com maio de 1968. É claro que a crise não é francesa, pois toda a Europa se encontra em um impasse. A situação italiana é explosiva, por isso a burguesia recorre a sua ala “esquerda”, inclusive sua “extrema esquerda”. As ameaças à União Européia desnudam a fragilidade da restauração capitalista na Europa oriental, cuja base é o capital europeu internacional. A questão do poder está colocada por uma crise internacional de conjunto. É precisamente isto o que aterroriza a esquerda reformista e paralisa a esquerda não reformista (ALTAMIRA, 2006).

Deve-se resgatar que a *Nouvelle Gauche Communiste* (Nova Esquerda Comunista) declarou que

não existe nenhuma razão para limitar a ambição da luta. Contentar-se com o recuo do governo é permitir à burguesia respirar para preparar [as eleições de] 2007 em melhores condições. Se a luta impõe a retirada do CPE, o presidente, o governo e sua maioria parlamentar terão sofrido uma derrota que lhes impediria de continuar a governar o país. Então, sejamos realistas, lutemos para derrubar o poder (FABROL, 2006).

Depois do recuo às pressas, o governo se empenhou em reconstituir um quadro político de colaboração com a “oposição de esquerda”. O primeiro-ministro de Villepin deixou claro que queria acabar com a crise do CPE, evitando outra mobilização nas ruas para novas reivindicações. O CPE foi só substituído, o novo projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais da Câmara dos Deputados, e foi a debate no Plenário. Os socialistas prometeram não

obstruir a votação. As manifestações estudantis, convocadas antes da revogação do CPE, reuniram centenas de pessoas em Marselha, Lyon e Rennes, e milhares em Toulouse e em Paris. No total, 100 mil pessoas participaram de passeatas em 66 cidades (FRANÇA TENTA, 2006).

Os manifestantes e os grupos de jovens queriam mostrar que ficariam em alerta até a promulgação das medidas substitutivas ao CPE, mas também reivindicavam o fim da lei de igualdade de oportunidades (que prevê a formação profissional desde os 14 anos e o trabalho noturno dos adolescentes), e a anulação do Contrato de Novo Emprego (CNE), considerado o “irmão mais velho” do CPE. O CNE, implantado também por de Villepin e em vigor desde agosto de 2005, vale para trabalhadores de qualquer idade em empresas com menos de vinte funcionários, permitindo a demissão sem justa causa durante os dois primeiros anos.

A luta da juventude francesa conseguiu arrastar parcelas significativas da classe operária, consciente de que todo o futuro do país e da classe estava em jogo. A França não é uma “exceção” na Europa,<sup>9</sup> devido aos seus particulares e peculiares “entraves corporativos” ao lucro desenfreado, como se empenharam em demonstrar, nas últimas semanas, todas as penas ao serviço do capital. A França é o exemplo onde se espelha o futuro da luta de classes na Europa. O galo francês volta a marcar o caminho do continente, e até do restante do mundo. Uma nova geração entrou em cheio na luta, mostrando que a “velha toupeira” ainda está em ação. E aos que pronunciaram, apressadamente, o réquiem da revolução, no país revolucionário *par excellence*, cabe agora só responder, como fizera Marx há um século e meio: *bien joué, vieille taupe!*

---

<sup>9</sup> Toni Negri, que por misteriosos motivos continua a ser considerado como um “ideólogo” de esquerda, afirmou que “para o movimento contra o CPE, o desafio é abandonar as amarras do ‘emprego do passado’ e apreender sua própria excepcionalidade produtiva: ir além da defesa da legislação da era industrial, e afirmar que flexibilidade e mobilidade não significam necessariamente precariedade e risco” (NEGRI & COCCO, 2006). Para este ideólogo “anti-capitalista”, o *capital* deixou de existir, até como categoria de pensamento.

## Referências bibliográficas

- ALTAMIRA, Jorge. Adónde va Francia, adónde va Europa. *Prensa Obrera*, Buenos Aires n. 940, 6 abr. 2006.
- BESANCENOT, Olivier. *Declaration*. 12 mar. 2006. Disponível em: [http://www.lcr-rouge.org/rubriquebrev.php3?id\\_rubrique=12](http://www.lcr-rouge.org/rubriquebrev.php3?id_rubrique=12).
- BRAFMAN, Nathalie & LEMAÎTRE, Frédéric. Nouvelle année record pour les groupes français. *Le Monde*, Paris, 16 mar. 2006.
- CARVALHO, Guilherme. *O Março Francês de 2006*. Manuscrito, março de 2006.
- FABROL, Émile. Licencions Chirac, Villepin et Sarkozy. *La Lettre de Prométhée*, Paris n. 2, mar. 2006.
- FRANÇA TENTA enterrar a polêmica do Contrato do Primeiro Emprego. *AJB Online*, 12 abr. 2006.
- FRANÇA VIVE nas ruas os dilemas da modernização. *Valor Econômico*, São Paulo, 4 abr. 2006.
- NEGRI, Antonio & COCCO, Giuseppe. O trabalho de luto. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 9 abr. 2006.
- PASTORE, José. A França e as 35 horas. *O Estado de S. Paulo*, 22 de fev. 2005.
- . O primeiro emprego na França. *O Estado de S. Paulo*, 4 abr. 2006.
- ROLLOT, Catherine. À Paris, de nombreux parents parmi les manifestants. *Le Monde*, Paris, 21 mar. 2006.